

Em breve não bastará o diploma superior

FRANCIS BOGOSSIAN

ENGENHEIRO

De 30 anos para cá, a demanda por cursos superiores fez crescer, significativamente, o número de universidades e faculdades privadas e, portanto, de profissionais por elas graduados.

As instituições públicas de ensino fundamental e médio, sejam federais, estaduais ou municipais, vêm, no mesmo período, se deteriorando a olhos vistos e prejudicando o acesso de seus alunos às universidades públicas. Os sistemas de cotas, em que pese o caráter de resgate sócio-racial, trazem péssimas perspectivas para um ensino de qualidade, com tendências a fazer despencar os níveis de excelência das instituições públicas de terceiro grau que ainda os detêm.

Já não há seleção com exigibilidade de formação básica comprovada para acesso ao ensino superior privado. Aceitam-se "clientes" pagan-

tes, como em qualquer comércio, com a finalidade de vender cursos a preços competitivos.

Sou de um tempo em que os professores primários (nível 2º grau) eram reverenciados e respeitados pela cultura e instrução. E mereciam, pois para cursar e diplomar-se pelas escolas normais eram exigidos conhecimentos múltiplos. É hoje comum deparar-se com diplomados por faculdades e universidades que falam e escrevem mal, além de terem deficiências de raciocínio matemático e ausência de qualquer formação humanística. São produtos de um sistema heterogêneo de cursos superiores que, semestralmente, despeja no mercado "profissionais" sem a necessária qualificação.

Em moldes semelhantes aos que já pratica a OAB, com o exame da Ordem que transforma bacharéis em advogados, as residências médicas são necessárias para a qualificação profissional e constituem saudável proteção à nossa saúde.

Mesmo assim, médicos e advogados com sérios problemas de formação não são raridades no nosso imenso Brasil.

Sob alegações de erros passados, de cunho político, econômico e social, diversas necessidades básicas do povo ainda não são atendidas pelo poder público. O ensino e a formação educacional precisam, entretanto, ser excepcionalmente tratados com urgência e perseverança. Além de reformular e adequar, "para ontem", a educação fundamental, nossos cursos superiores precisam ser capacitados para a geração de profissionais plenos em suas funções.

Nos níveis de heterogeneidade acadêmica a que chegamos, não há saída que não seja partir para a exigência da Certificação Profissional, como já é corriqueiro no Primeiro Mundo. Os graduados em cursos superiores, no Brasil, deverão também, dentro em breve, submeter-se a avaliações e, se não estiverem aptos ao desempenho de suas funções, obri-

gados a complementar os estudos e prestar novos exames. As instituições de ensino superior terão de vencer suas deficiências.

O "simples", e muitas vezes arduamente suado, diploma de curso superior será brevemente apenas uma porta entreaberta para os graduados. Cada profissão, para ser exercida em sua plenitude, necessitará da Certificação Profissional, ou seja, de uma comprovação individualizada da qualificação específica.

Os conselhos e ordens, que regulamentam as diversas profissões, precisam fugir do corporativismo. Se não agirem espontânea e rapidamente para cumprir este papel, que lhes cabe, serão, em breve, surpreendidos por uma medida legal do governo. Isso se Deus quiser! E oxalá Ele queira!

**Francis Bogossian é engenheiro acadêmico das Academias Brasileira de Educação (ABE) e Nacional de Engenharia (ANE) - Presidente do IBCP*